

RESOLUÇÃO

Pelo aumento geral dos salários; respeitar os direitos, melhorar as condições de trabalho, reduzir o tempo de trabalho, combater os vínculos precários!

Os trabalhadores das empresas dos sectores representados pela Fiequimetal decidiram concentrar-se hoje, 10 de Março de 2017, junto ao Ministério do Trabalho, no culminar da quinzena de acção e luta que levaram a efeito nas empresas e locais de trabalho, desde o dia 23 de Fevereiro.

A quinzena de acção e luta teve como objectivos:

- O aumento geral dos salários;
- A defesa e melhoria dos direitos consagrados, tanto em convenções colectivas como em práticas existentes;
- A melhoria das condições de trabalho;
- A redução do tempo de trabalho;
- Fim do recurso aos vínculos precários.

Sendo que, em várias empresas, de norte a sul do País, nos diversos sectores do âmbito desta Federação, a luta desenvolvida permitiu respostas positivas às justas reivindicações dos trabalhadores, a luta nas empresas não se esgota nesta quinzena e terá continuidade.

Quanto aos objectivos definidos pelos trabalhadores e cuja concretização depende também de medidas governamentais, destacam-se:

- A necessidade de **melhoria significativa do Salário Mínimo Nacional, sem cedências à chantagem patronal** e acompanhada de **medidas conducentes ao aumento geral dos salários;**
- A necessidade de implementação de alterações legislativas que, efectivamente, garantam o **direito à negociação, com a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho**, em especial as que **abriram portas à caducidade das convenções**, as que claramente, **“assassinaram” o princípio do tratamento mais favorável** e a **revogação dos ilícitos avisos de caducidade** que municiaram o patronato com a possibilidade

de **chantagem sobre os salários para a retirada de direitos dos trabalhadores;**

- A necessidade de **reforço da acção inspectiva**, no sentido da **garantia do respeito e efectivação dos direitos dos trabalhadores;**
- A implementação de um plano de prevenção na Indústria que coloque termo à **contracção de doenças profissionais e aos acidentes de trabalho;**
- A necessidade da **redução dos horários de trabalho**, sem perda de retribuição, que, por um lado, **reflecta os ganhos de produção** que resultam do esforço empenhado da classe trabalhadora, por outro lado, potencie a **conciliação da actividade profissional com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores** e simultaneamente o desenvolvimento económico e civilizacional e, por outro lado ainda, permita o **aumento do emprego;**
- O combate aos vínculos precários, garantindo que a postos de trabalho efectivos correspondam contratos efectivos permanentes.

Face ao exposto, os **trabalhadores exigem do Governo** a tomada de medidas concretas que permitam **a resolução dos problemas identificados** e darão **continuidade à luta pelo direito a uma vida melhor!**

Lisboa, 10 de Março de 2017.